

Émile Durkheim e o pensamento sociológico francês no século XIX

Marcos Medeiros*

RESUMO

O século XIX representa para a teoria social um momento de grande efervescência do debate crítico. As mudanças institucionais marcaram o período, exigindo do pensamento científico uma teoria para os fenômenos sociais. Foi o momento do estabelecimento das ciências humanas como disciplinas científicas. Este texto procura oferecer uma visão resumida da trajetória de Émile Durkheim na construção do pensamento sociológico francês. Palavras-chave: positivismo; sociologia; teoria e método.

SUMMARY

The 19th century represents for the social theory a moment of great effervescence of the critical debate. The institutional changes marked the period, demanding a theory from the scientific thought for a social phenomenon. It was the moment of the establishment of the human sciences as scientific disciplines. This paper tries to offer a summarized vision of Émile Durkheim's trajectory in the building of the French sociological thought.
Keywords: *positivism; sociology; theory and method.*

RESUMEN

El siglo XIX representa para la teoría social un momento de gran efervescencia del debate crítico. Los cambios institucionales marcaron el periodo y exigen del pensamiento científico una teoría para los fenómenos sociales. Era el momento del establecimiento de las ciencias humanas como disciplinas científicas. Este texto intenta ofrecer una visión resumida de la trayectoria de Émile Durkheim en la construcción del pensamiento sociológico francés.
Palabras-clave: *positivismo; sociología; teoría e método.*

Antes de comentar propriamente a importância do pensamento social de Émile Durkheim no contexto da produção filosófica e científica do século XIX, é conveniente mencionar que o uso do termo "social" ainda era relativamente recente no final daquele século. Grandes correntes de pensamento – o empirismo e a economia clássica inglesa, o positivismo e o socialismo francês, o idealismo alemão – pontificavam como os recursos teóricos mais disponíveis para a explicação da realidade. Do mesmo modo, ainda não havia uma clara distinção entre os diversos ramos das "ciências sociais". A sociologia, disciplina científica de quem Durkheim é um dos fundadores, não adquirira estatuto e era lecionada nos cursos de "humanidades", nas cadeiras ou de filosofia ou de pedagogia. Ou, então, era estudada dentro do esquema das "grandes sínteses" que caracterizou a teoria social desde o século XVIII. O mundo – no caso a Europa – permanecia perplexo e em movimento com as transformações decorrentes do que se denominou Revolução Industrial.

A propósito, como todos sabem, foram as "revoluções sociais" do século XVIII e a Revolução Industrial que criaram o clima intelectual propício ao aprofundamento das questões teóricas e metodológicas para o estabelecimento das disciplinas científicas que vieram a se consolidar no decorrer do século XIX: por um lado, as revoluções sociais, responsáveis pelo fim do antigo regime e pelas transformações institucionais, políti-

cas e sociais; e, por outro, o industrialismo, responsável pelos progressos técnicos, que representaram uma excepcional expansão das atividades econômicas e fabris, gerando uma nova divisão do trabalho e uma extraordinária acumulação de capital, o que resultou em nova estratificação social, favorecendo a formação das classes capitalistas e proletárias.

Nascido em 1858, dez anos mais tarde do início das rebeliões que marcaram o período 1848-1851, Durkheim pertence a uma geração de pensadores que viveu um momento histórico de relativa paz no interior no continente europeu, pelo menos até a eclosão do conflito de 1914. Este período caracterizou-se pelas disputas decorrentes da expansão do imperialismo colonial europeu, que culminou com a Conferência de Berlim, para a partilha das áreas coloniais, em 1885. A luta das idéias envolvendo conservadores, reformistas e revolucionários agitava a Europa em duas frentes: na política e na universidade. Embora a opção de Durkheim tenha sido pelo debate no âmbito da universidade, ele vai dialogar com quase todas as correntes de pensamento, especialmente com o positivismo comtiano e o socialismo na versão de Saint-Simon. Tais correntes de pensamento aspiravam tanto a explicar as mudanças ocorridas na organização social, quanto a fazer do conhecimento científico um instrumento de ação. Comte afirma que "só a filosofia positiva pode ser considerada a única base sólida da reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo,

as nações civilizadas". (Comte, 1974, p.22) Nesse sentido, Durkheim pode ser incluído no elenco de pensadores preocupados com a reforma social e o consenso institucional, dada a importância que atribuía às instituições, como é caso da defesa do regime corporativo na divisão do trabalho e, especialmente, à educação como elemento de adaptação ao meio social. A educação constitui-se, todavia, como elemento integrador, já que consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir, às quais ela não chegaria espontaneamente. Outros conceitos durkheimianos podem ser listados numa nomenclatura que procura traduzir a autonomia da sociedade como entidade superior a uma mera coleção de indivíduos.

Diálogos durkheimianos

Na trajetória para o estabelecimento da sociologia como disciplina científica, Durkheim faz, ao longo de sua vida intelectual e de pesquisador, uma ampla revisão epistemológica de tudo o que se escreveu de relevante sobre as origens e a natureza das sociedades. Ele vai observar que "quase todos esses teóricos da política viam na sociedade uma obra humana, um fruto da arte e da reflexão. Segundo eles, os homens passaram a viver juntos porque acharam que seria útil e bom; foi um artifício imaginado por eles para melhorar um pouco sua condição". (Durkheim, 1974, p.48) A sociedade seria uma construção de nossa imaginação, algo como uma máquina, que projetada no cérebro de seu criador, teria suas partes reunidas de acordo com o projeto concebido; mesmo sendo resultado de um contrato, como queria Rousseau, ou de uma "guerra de todos contra todos", como pensava Hobbes, a sociedade permanecia distante da emanção coletiva. Sua configuração podia muito bem ser a projeção dos desejos pessoais dos autores numa estranha combinação do mecanicismo com a metafísica. Mecanicista porque os autores da sociedade poderiam destruí-la como se destrói um relógio, e seria um contra-senso fundar uma ciência que destruisse seu próprio objeto; metafísica porque tratava-se de uma construção

abstrata do espírito, e a ciência, segundo Durkheim, estuda aquilo que é; já a metafísica combina argumentos tendo em vista o que deve ser, como por exemplo, a questão de saber se o homem é livre ou não.

A esse artificialismo sobre a origem e a natureza da vida social Durkheim vai contrapor um argumento, atribuído a Aristóteles, que sugere ser a sociedade um fato da natureza. Durkheim vai atribuir também um crédito a dois pensadores do século XVIII, Montesquieu e Condorcet, que declararam que a sociedade está submetida a leis necessárias, derivadas da natureza das coisas do mundo. No entanto, as conseqüências desse princípio não alcançaram a perseverança que o pensamento científico exige.

A contribuição dos economistas, que enfatizaram ser as leis sociais tão necessárias quanto as leis físicas, Durkheim vai aceitá-la com severas reservas porque essa sentença, avançada do ponto de vista científico para o século XIX, tinha como pressuposto o *indivíduo*. A economia clássica proclamava que a concorrência equilibrava o preço das mercadorias; que eram inúteis as leis emanadas do Estado para regular o mercado, pois acima dessas "leis civis" estavam as leis naturais que regiam as relações de troca entre indivíduos e entre nações. Com uma curiosa capacidade de abstração, os economistas afirmavam que a única realidade tangível para o observador era o indivíduo, medida de todas as coisas, o qual a ciência devia eleger como problema, interrogando quais as condutas individuais mais apropriadas a serem adotadas diante das principais circunstâncias da vida econômica. Nesse raciocínio estava aplicada uma noção reducionista de que a vida social estava subsumida pela vida econômica.

Durkheim, ao contrário, vai afirmar que a vida social abrange todos os aspectos humanos, quer sejam econômicos, quer sejam políticos. Chama a atenção para o fato de o conceito de indivíduo ser inadequado para a explicação da sociedade; enfim, que o todo não é um resultado mecânico da soma das partes. E que um fato social só pode ser explicado por

outro fato social. Acusa a economia política de ter perdido todos os benefícios de seu princípio, permanecendo uma ciência abstrata e dedutiva; sugere que os economistas confundiram a palavra *natural* com a palavra *racional*, pois "esse homem em geral, esse egoísta sistemático de que ela (a economia) nos fala é um mero ser de razão. O homem real, que conhecemos e que somos, apresenta outro tipo de complexidade: pertence a um tempo e a um país, tem uma família, uma cidade, uma pátria, um credo religioso e político". (Durkheim, 1974, p.52)

Não tem sentido, dizia Durkheim, a existência da sociedade fora dos indivíduos, que lhe servem de substrato, porém ela é algo que transcende a vida individual, não deve ser vista apenas como uma imagem ampliada da vida individual. Desse modo, a moral, as regras jurídicas, os costumes seriam impensáveis se o homem não fosse capaz de contrair hábitos. Tais hábitos, antes de emanarem da consciência individual, seriam produto da consciência coletiva. Por esta razão, acrescenta Durkheim, Comte situa o ser social no alto de uma hierarquia que confere à ordem social a prevalência sobre os outros reinos da natureza.

O positivismo

Com Augusto Comte (1798-1857), o diálogo é mais intenso, na medida em que com este autor a sociologia obtém o *status* de ciência. Esta disciplina, segundo Comte, deveria estar voltada para a investigação rigorosa dos fatos, com a pretensão de alcançar a mesma objetividade das ciências naturais. Reconhecido por Durkheim como fundador da sociologia, Comte avança com proposições no sentido de estabelecer objeto e método para a ciência social, quais sejam: uma realidade concreta a conhecer — as *sociedades* — e o método das ciências positivas para a investigação dos fenômenos sociais. Para Comte, a sociedade é algo tão real quanto um organismo vivo. Logo, deveria ser encarada como objeto de pura observação. O estado positivo caracteriza-se pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação; cada proposição enun-

ciada de maneira positiva deve corresponder a um fato, seja particular, seja universal. (Comte, 1973)

Essa exterioridade na relação entre observador e sociedade será um elemento central utilizado por Durkheim na futura definição de *fato social*. Mas discordará de Comte no que diz respeito à definição do objeto da sociologia, como discordará da noção de evolucionismo contida no pensamento comtiano, que, em síntese, passava por três estados — todas as ciências e o espírito humano como um todo desenvolvem-se seguindo os referidos estados: o teológico, o metafísico e o positivo. (Comte, 1974)

Comte pensava a sociedade em geral. Para ele, sociedade e humanidade eram a mesma coisa. Adversário de Lamarck, não admitia que o fato da evolução, exclusivamente, possa diferenciar os seres a ponto de originar novas espécies. Comte pensava os fenômenos sociais em situação de igualdade em todos os lugares, variava apenas de intensidade, assim como o desenvolvimento era o mesmo em toda parte, variando apenas em velocidade. Desse modo, os povos “primitivos” e as nações civilizadas estariam apenas em estágios diferentes de um único processo de evolução. Durkheim diz que “de fato, sua sociologia é muito menos um estudo especial dos seres sociais do que uma meditação filosófica sobre a sociabilidade humana em geral”. (Durkheim, 1974, p.55) Entretanto, a forma particular do evolucionismo comtiano também aplicava-se à ciência, que obedecia necessariamente, em seu processo de evolução, à periodização dos três estados já mencionados. Assim como o desenvolvimento social obedecia a uma única forma de evolução, do mesmo modo a ciência apresentava essa solução de continuidade: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e por fim a sociologia, antes concebida por Comte como “física social”, posto que “a fundação da física social completa o sistema das ciências naturais”. (1974, p.16) A hierarquia das ciências resultava de uma classificação que obedecia uma generalidade decrescente, ou seja, a complexidade maior ou menor de seus objetos respec-

tivos. A matemática, por exemplo, apresentava o nível mais geral e abrangente no estudo dos fenômenos naturais. Para Comte, “o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas *causas*, sejam primeiras, sejam finais”. (1974, p.13) Diferentemente dos economistas, que defendiam enfaticamente a autonomia da economia política, Comte vai destacar uma solidariedade necessária entre as ciências sociais, erigindo a sociologia como mãe de todas as disciplinas que estudam os seres em relação com a sociedade e com a natureza. Portanto, a sociologia concebida por Comte compreendia, em larga medida, a psicologia, porque ele não aceitava a abordagem dos fenômenos psicológicos individuais independentemente do desenvolvimento da consciência geral da sociedade, como abrangia também toda a economia política, a ética e a filosofia da história. A *estática*, representando a *ordem*, e a *dinâmica*, representando o *progresso*, eram aspectos fundamentais da sociologia comtiana, que considerava *relacionais* as condições constantes e o progressivo desenvolvimento da sociedade.

Tal compreensão abrigava a idéia de que as ciências naturais e as ciências sociais compartilhavam uma lógica comum e talvez até mesmo idêntica base metodológica. Ora, se a vida social obedecia a leis naturais necessárias, a sociologia seria consequentemente uma ciência natural da sociedade. Desse raciocínio resultou uma importante contribuição do positivismo para a formação da sociologia: a nova ciência da sociedade deveria integrar a mesma lógica totalizante das outras ciências, superando todo o passado construído pela especulação metafísica. A operação seguinte, realizada por Durkheim, foi uma ruptura com certo naturalismo, instituindo a sociologia como uma ciência social da sociedade.

Durkheim identifica em Herbert

Spencer (1820-1903) uma contribuição teórica importante na definição do objeto da sociologia quando este autor “faz das sociedades, não da humanidade, o objeto da ciência”. (1973, p.399) Isto representa um pretensão afastamento de uma visão que procurava assegurar a simetria do grande sistema filosófico postulado por Comte no *Curso de Filosofia Positiva*. Spencer, inspirando-se na biologia, formulou a idéia da evolução orgânica como sendo o progresso gradual da vida. Fazia analogia entre as sociedades e os seres vivos; “declara nitidamente que a sociedade é uma espécie de organismo. Como todo organismo, nasce de um germe, evolui durante um tempo, para chegar, em seguida, à dissolução final”. (*apud* Durkheim, 1974, p.57) Spencer tentou aplicar a lei da evolução às sociedades humanas, julgando perceber uma tendência de evolução da sociedade militar para a sociedade industrial. Liberal, Spencer, baseado no princípio da competição livre, da adaptação e da seleção, delineou a construção de uma sociedade ideal, observando nela um perfeito equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. Essa construção pressupunha a abolição daquelas instituições que interferissem na vigência das leis naturais, que seriam capazes, sem a intervenção estatal, de conferir equilíbrio às sociedades.

Embora aceite a proposição spenceriana de eleger as sociedades e não a humanidade como objeto da sociologia, a crítica de Durkheim recai ainda sobre a generalidade e a indeterminação do objeto. Para Spencer, o que faz a sociedade é a justaposição dos indivíduos determinada pela *cooperação*. Destacando a cooperação como a essência da vida social, classifica as sociedades de acordo com o tipo de cooperação nelas dominante: a *espontânea*, que se dá sem premeditação quando os fins a alcançar possuem caráter privado; e a *consciente*, que é instituída quando se supõem fins de interesse público reconhecidos por todos. Durkheim, porém, aponta as insuficiências da noção de cooperação para explicar a vida social. Inclui Spencer no rol dos metafísicos quando afirma que “o que se define não é a socie-

dade mas a idéia que dela faz Spencer. E se não sente qualquer escrúpulo em proceder deste modo é porque, para ele, a sociedade não passa de realização de uma idéia, neste caso a idéia de cooperação". (1973, p.399)

Sobre a trajetória em busca de repassar as principais etapas de desenvolvimento da sociologia, do detalhe e da precisão para a definição do objeto e método, e da crítica à generalidade das noções correntes sobre o que faz sociedade, Durkheim menciona ainda seu colega na Universidade de Bordéus, Alfred Espinas

(1844-1922), sociólogo e filósofo francês, como "o primeiro a estudar os fatos sociais com o objetivo de fazer ciência". (1974, p.60) Comentando Espinas, Durkheim oferece um excelente exemplo do que viria a eleger como o método sociológico: "Ao invés de se ater a visões de conjunto da sociedade em geral, limitou-se ao estudo de um tipo social em particular; depois, no interior desse próprio tipo, distinguiu classes e espécies, descrevendo-as com cuidado, e é dessa observação atenta dos fatos que ele induziu algumas leis, cuja generalidade, aliás, restringiu cuida-

dosamente à ordem especial dos fenômenos que acabava de estudar. Seu livro constitui o primeiro capítulo da *sociologia*". (1974, p.60)

Em 1885, Durkheim solicita uma licença para estudar na Alemanha com Wilhelm Wundt (1832-1920), filósofo e psicólogo alemão, que se notabilizou pelo estudo da psicologia dos povos. Cita Albert Schaeffle (1831-1903), economista e filósofo social alemão, que também desenvolveu uma concepção orgânica da sociedade, que fez com as sociedades humanas, ou antes, os povos mais avançados da Europa, o que



Espinas fez com o estudo da vida animal. Na Alemanha, onde fica até 1886, Durkheim estuda psicologia e antropologia; tem acesso à riqueza do material etnográfico recolhido pelos viajantes naturalistas alemães. De volta à França, quando pronunciou, em 1888, a Aula Inaugural do Curso de Ciências Sociais, na Universidade de Bordéus, Durkheim já havia reunido os elementos de convicção para afirmar que o objeto da sociologia não era nem a humanidade nem as sociedades, mas os *factos sociais*; o método não é aquele que deduz leis gerais, abstratas, mas a observação e a experimentação indireta, em outros termos, o *método comparativo*. (1974) Durkheim publica, então, sucessivamente: *Elementos de Sociologia* [1889], *Da Divisão do Trabalho Social* [1893], *As Regras do Método Sociológico* [1895], *O Suicídio* [1897]. Somente em 1912 foi publicado o livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa*.

A sociologia de Durkheim

Com a publicação de *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim estabeleceu as bases definitivas da escola sociológica francesa, cuja influência invadiu o século XX, e orientou na França os estruturalismos e, nos EUA, as escolas funcionalistas. É bem verdade que o pensamento sociológico francês tem origem diversa e muito do seu êxito é devido à influência do conjunto de autores que colaboraram com *L'année Sociologique*, periódico orientador do pensamento e da pesquisa sociológica na França, fundado por Durkheim em 1896. O livro também alcança, entre outros, dois grandes objetivos: primeiro, oferece uma resposta aos debatedores da época, especialmente aos economistas ortodoxos, sobre a natureza coletiva das instituições sociais; e, segundo, constrói uma teoria social, cujo método, embora guarde semelhança com o método das ciências naturais, em particular o da biologia, será lembrado apenas como metáfora. O primeiro objetivo desdobra-se ainda, pois, para Durkheim, o indivíduo, a ação individual, não eram unidades de análise da sociologia. Embora tangível, a ação individual é go-

vernada por *representações* que têm origem na coletividade. Durkheim define desse modo o âmbito dessas representações: ao conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, forma um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo de *consciência coletiva* ou *comum*. (Durkheim, 1995)

Colocando como problema central de *Da Divisão do Trabalho Social*, a questão das relações entre *personalidade individual* e *solidariedade social*, a grande interrogação é: "como é que, ao mesmo tempo que se torna mais autônomo, o indivíduo depende mais intimamente da sociedade?". (p.50) Ou ainda, como pode ser, ao mesmo tempo, mais individualista e mais solidário? Esta indagação reside na idéia de que esses dois movimentos, embora pareçam contraditórios, seguem paralelamente. Durkheim atribui os dois movimentos a uma transformação da solidariedade social, decorrente do desenvolvimento cada vez mais intenso da divisão do trabalho. Os pressupostos teóricos que norteiam a escolha do objeto apontam já os caminhos metodológicos que serão seguidos: a classificação dos tipos de solidariedade, distinguindo os principais tipos de grupos sociais. A *solidariedade mecânica*, ou por similitude, é a primeira forma de solidariedade, encontrada nas sociedades em que os indivíduos partilham os mesmos valores e sentimentos, diferindo pouco entre si. São sociedades tradicionais, onde densidade e volume são menos intensos, e cujas regras vêm desde sempre. A *solidariedade orgânica*, característica das sociedades complexas, mais volumosas e mais densas, é o segundo tipo de solidariedade social. Para uma crescente divisão do trabalho, exigida pelo dinamismo fabril, resultando em mais especialização e na criação de mais grupos afeitos a novas atividades, haveria uma forma específica de coesão para fazer face à *anomia* gerada pela complexidade da sociedade moderna, cuja característica é a solidariedade orgânica.

O conceito de anomia, que supõe a desintegração ou ausência de normas sociais, pertence ao conjunto de idéias sobre as noções de "normal" e

"patológico". Normal, para Durkheim, é a condição relativa a um tipo social considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas na fase correspondente de sua evolução. (1972, p.56) O exemplo célebre que Durkheim escolhe é o crime: embora condenável socialmente e resulte em sanção punitiva, trata-se de um fato normal e comum às sociedades, tanto o crime quanto sua punição. Como as sociedades complexas são baseadas na diferenciação, é necessário que as tarefas individuais correspondam a seus desejos e aptidões. Como isso nem sempre acontece, os valores ficam enfraquecidos e a sociedade é ameaçada pela desintegração.

Uma preocupação durkheimiana era com o estado de anomia em que se encontrava a sociedade européia na segunda metade do século XIX. O rápido processo de industrialização desorganizava as formas tradicionais de reprodução social e econômica fundadas na estrutura familiar, ensejando a ausência de solidariedade e regulação moral para orientar as condutas. Convencido de que não era da competência exclusiva do Estado essa função, Durkheim enfatiza o papel das corporações como mediadoras do relacionamento entre o indivíduo e o Estado. A proposta era que a corporação substituisse a família, como instituição capaz de manter a coesão social. Para Durkheim, a tríade *família, corporação, sindicato* é resultante de um desdobramento histórico somente explicado pela força que têm os homens de se agrupar. Ele diz: "Do mesmo modo que a *família* foi o ambiente no seio do qual se elaboraram a moral e o direito domésticos, a *corporação* é o meio natural no seio do qual devem se elaborar a moral e o direito profissionais". E adiante: "Os únicos agrupamentos dotados de certa permanência são os que hoje se chamam *sindicatos*, seja de patrões, seja de operários". (1995, p.35) Durkheim, ainda, sugere que talvez a corporação esteja destinada a se tornar a base, ou uma das bases essenciais da organização política da sociedade francesa do período.

Intérpretes de Durkheim dividem sua trajetória teórica entre as "obras

de juventude" (Giddens, 1994) e as obras de maturidade. Os antropólogos apropriam-se de Durkheim, especialmente de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, como a produção do "último Durkheim", que abandona o terreno árido da divisão do trabalho e elege o tema da religião como a fonte de todo o simbolismo que permeia a vida social. De fato, Durkheim vai mais longe quando afirma que "quase todas as grandes instituições sociais nasceram da religião" (1973, p.526) e sugere numa nota de pé de página, nessa mesma página, que "nós sabemos as origens religiosas do poder". Mas isto não quer dizer que haja uma ruptura no pensamento durkheimiano. Ao contrário, a coerência das idéias é identificada no conjunto da obra. Ademais, parece ser uma operação temerária separar o primeiro do último Durkheim, já que esta idéia estava contida na formulação de seus primeiros trabalhos. A idéia é: o fato social é coisa e representação, possui uma natureza exterior e exerce uma irresistível coerção no conjunto de uma dada sociedade, conferindo a coesão indispensável à existência da sociedade. O estudo do totemismo só veio corroborar as teses iniciais.

Sociologia e religião

Durkheim empenha-se, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, que é um estudo do sistema totêmico na Austrália, em reafirmar sua convicção no primado da sociedade sobre todas as coisas historicamente dadas. Nesse sentido, a linha de coerência é mantida no conjunto de sua obra, afastando as interpretações de um "antes e depois". A proposta é explicar a religião mais primitiva conhecida até aquele momento. Condição fundamental para tal empreendimento é que a religião se encontre numa sociedade, cuja organização não seja ultrapassada por nenhuma outra em simplicidade; e a explicação deve ser possível sem o empréstimo de nenhum elemento de religião anterior.

Essa busca pela simplicidade é muito importante para o entendimento do pensamento durkheimiano. Ele diz que nas sociedades mais simples tudo é comum a todos: elas são mais

homogêneas, o grupo é mais reduzido e o desenvolvimento das individualidades é menor. Nessas circunstâncias, essas sociedades melhor se prestam à observação. A insistência no princípio de "simplicidade" e nas noções de "origem" e de "tradicional" já era revelada na classificação dos tipos de solidariedade gerados pela divisão do trabalho. Assim, tratava-se de partir do mais simples ao mais complexo, acompanhando seu desenvolvimento. Na medida em que a "sociedade mais simples" de todas as sociedades não existe, Durkheim cria um mito de origem, que serve de explicação para seu ponto de partida. Ele se pergunta "como descobrir o fundo comum da vida religiosa sob a luxuriante vegetação que a recobre" e responde buscando a gênese do fenômeno, "onde tudo é mais simples". (1989, p.34)

Simples ou complexa, a explicação da sociedade é presidida pela idéia central de origem. Ele mesmo diz que não se trata de uma origem absoluta, coisa que está destinada à função especulativa da religião. Tal função especulativa deve desprender-se da religião em decorrência do desenvolvimento das ciências positivas. Assim, o que anima Durkheim, em se tratando de origem, é aquele núcleo primeiro ou inicial que pode ser observado. É fazendo uso da indução que ele vai procurar aqueles elementos essenciais comuns ao fenômeno em questão. Partindo do mais simples ao mais complexo, ele elabora uma teoria "genético-estrutural" da sociedade e de sua evolução. E que "no fundo, o conceito de totalidade, o conceito de sociedade e o conceito de divindade são, ao que parece, apenas aspectos diferentes de uma única e mesma noção". (1973, p.544, N. do A)

Para explicar porque "a religião é coisa eminentemente social", Durkheim lança os princípios de uma teoria sociológica do conhecimento. Ele procura certos elementos (representações fundamentais, mitos, atitudes rituais) comuns e permanentes aos sistemas de crenças. Constata que as religiões são comparáveis e que pertencem ao mesmo gênero. Apenas são espécies diferentes. Ao examinar a questão das categorias fundamentais do

pensamento humano, ele induz que tais categorias têm origem na religião. A elaboração de noções tão indispensáveis ao homem, como tempo, espaço, gênero, número, etc., teria de ter uma origem coletiva, e não metafísica ou individual. Ao estudar determinadas sociedades primitivas, ele conclui que a organização do tempo e do espaço, por exemplo, era exigência oriunda do grupo; o que exprime a categoria de tempo é um tempo comum ao grupo, é o tempo social; envolvem condutas, modos de pensar e de agir, enfim, eram representações tomadas da vida social.

Para demonstrar sua tese, discute as postulações de duas doutrinas em voga na época: o empirismo clássico, que segundo Durkheim leva ao irracionalismo; e o apriorismo, que teria uma base de argumentação racionalista. A questão central do empirismo é a prevalência do indivíduo como portador de experiências sensíveis. As categorias, portanto, seriam construídas a partir dessas experiências individuais. Durkheim desmonta esse argumento demonstrando o caráter social das categorias desde a sua origem. O cerne dessa proposição está no caráter de universalidade e de necessidade que as categorias possuem. Nessas circunstâncias, apenas a coletividade poderia produzir conceitos de tamanha abrangência sobre o real. Elas são coletivas e se impõem a nós. O apriorismo, embora seja racionalista, e admita a singularidade dos fatos, "atribui ao espírito um certo poder de ir além da experiência". Durkheim questiona esse "ir além da experiência", atribuindo o fato a uma razão "superior" ou "divina" que teria a capacidade de organizar o pensamento humano: "a razão é o conjunto das categorias fundamentais. É a própria autoridade da sociedade". (1973, p.516)

Para Durkheim, um "postulado essencial da sociologia é que uma instituição humana não poderia repousar sobre o erro e a mentira". (1973, p.508) Teriam de ter base na natureza das coisas, ser tomadas da vida social ou da sociedade como a mais alta manifestação do reino da natureza. Como, então, Durkheim vê esse reino? Para ele, a sociedade está

subsumida pelo reino da natureza. Não há antagonismo. Apenas o reino social é mais complexo. A sociedade empresta da natureza, enquanto mundo observável, o fundamento para a construção de seus símbolos, de suas representações coletivas.

Entre as dificuldades de explicar o homem, entre as concepções empirista e racionalista do indivíduo, entre a preeminência do indivíduo, cujas sensações são subjetivas, e a sociedade, cujas instituições são objetivas, a escolha durkheimiana recai sobre o grupo, que comporta uma totalidade radical, a despeito da capacidade individual de conceber.

A teoria do totemismo estuda a natureza do símbolo: sua configuração exterior, sua origem social e a vasta rede de relações que ele abrange enquanto representação do mundo. Pelas suas características, o símbolo desempenha o papel de intermediário material entre as consciências individuais e a consciência coletiva. Mas essa intermediação não se dá de maneira automática e mecânica. Ela faz parte de uma equação em que estão envolvidos, por meio de processos mentais, elementos dos diversos reinos da natureza. A lógica "primitiva" desenvolveu essa capacidade de reunir elementos de reinos diferentes aos elementos humanos propriamente.

Tal operação resulta de um conhecimento do mundo físico que não é produzido pelo indivíduo, mas pelo grupo. Para organizar as sensações advindas da experiência sensível e explicá-las de modo satisfatório, um sistema de classificação, de complexidade peculiar, foi elaborado. Desse modo, o símbolo ou o vasto simbolismo aludido por Durkheim, que está presente em todos os momentos da vida social, não é uma entidade saída do nada, nem simples artifícios ou etiquetas que se superpõem às representações. Ele é real e construído a partir de uma lógica informada pelas condições sociais.

A tese geral é que um sistema de símbolos permeia, produzindo uma espécie de liga, que funciona como um "cimento", que une o grupo, e dá sentido à vida social. Para explicar a proposição, Durkheim vai buscar argumentos no estudo do

clã, do totem, que reúne, por meio de símbolos, indivíduos que acreditam originarem-se de um ancestral comum. A conclusão é que, se aos olhos da observação sensível tudo é diverso e descontínuo, a religião foi o agente dessa unidade. Para Durkheim foram as crenças religiosas que permitiram ao homem primitivo substituir o mundo tal como os sentidos o percebem por um mundo diferente: domesticado, organizado e dotado de um sentido que a lógica humana lhe atribui. Ele diz: "a nossa lógica nasceu dessa lógica". (1989, p.295) Mas a religião só desempenhou esse papel porque ela é fruto do pensamento coletivo. O meio usual de o pensamento "primitivo" classificar as coisas obedecia necessariamente a uma lógica que identificava o sentimento a um objeto material: é dessa relação que vai se originar todo o simbolismo de que as sociedades são revestidas.

A sociologia parece ter seguido o destino que Durkheim apontou: "uma ciência só está verdadeiramente constituída quando se dividiu e subdividiu, quando compreende um certo número de problemas diferentes e solidários uns dos outros. É preciso que ela passe do estado de homogeneidade confusa pelo qual ela começou para uma heterogeneidade distinta e ordenada". (1974, p.63) A idéia de que o simbolismo é a linguagem das sociedades e a idéia de que o fato social é coisa e representação coletiva exerceram um notável fascínio que se seguiu na pesquisa sociológica. Durkheim sugere que é lícito dizer que, sobretudo a propósito das sociedades, a estrutura supõe a função e dela provém. As instituições não se estabelecem por decreto, mas resultam da vida social e limitam-se a traduzi-la por símbolos aparentes. A estrutura é a função consolidada, é a ação que se tornou hábito e se cristalizou. (1974) A sociologia do século XX se subdividiu, elegendo diversos problemas. Funcionalismos e estruturalismos geraram escolas radicais e estimulantes de *microteorização*, acentuando o caráter contingente da ordem social e a centralidade da

ação individual, enquanto desenvolveram-se vigorosas escolas de *macroteorização*, enfatizando o papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo. (Alexander, 1987)

O pêndulo sobre a questão de como a ordem é constituída, e da preeminência do indivíduo ou da sociedade, vai oscilar de acordo com o pensamento médio num contexto científico determinado. A coesão social, do ponto de vista de Durkheim, independe dos "índices de qualidade humana" de uma dada sociedade; ao contrário, é a intensidade da solidariedade que vai definir o grau de coesão. Instituições sociais aparecem e desaparecem e a sociedade permanece, mutante.

Bibliografia

- ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, vol. 2, 1987.
- CASTRO, Anna Maria de; DIAS EDMUNDO, F. "Aula Inaugural – Curso de Ciências Sociais". In: _____. *Introdução ao Pensamento Sociológico*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1974.
- COMTE, A. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção "Os Pensadores", 1973.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa* (O sistema totêmico na Austrália). São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa* (O sistema totêmico na Austrália). São Paulo: Abril Cultural, Coleção "Os Pensadores", 1973.
- _____. *O suicídio*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social – Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1988.

* Marcos Medeiros é Jornalista, Poeta, Sociólogo e Mestre em Sociologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ.